



## ESTADO E CRISE DO NEOLIBERALISMO: concepções e particularidades

Rodolfo Francisco Soares Nunes<sup>1</sup>  
Suzane Rodrigues da Silva<sup>2</sup>  
Laryssa Costa Silva<sup>3</sup>  
Denise de Jesus Albuquerque<sup>4</sup>

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar e problematizar as concepções e as particularidades que surgem através da relação entre o Estado e a crise do neoliberalismo, que constitui o período histórico de mais violenta manifestação do capitalismo e que reverbera na maior exploração da classe trabalhadora. Valendo-se do materialismo histórico-dialético, tem-se como espinha dorsal as teorias da crise do sistema capitalista e as concepções que permeiam seus determinantes dentro da própria teoria crítica. Isso posto, acrescenta-se à análise as manifestações ocorridas no mercado de trabalho na Argentina e no Brasil e a ascensão do neofascismo neste último sob a perspectiva da crise do neoliberalismo. Pontua-se que as concepções, oriundas dos instrumentos da economia política, ainda sustentam problematizações exatamente por terem sido tecidas com as mesmas linhas que costuram a sociedade hoje.

**Palavras-chave:** Estado; crise do neoliberalismo; exploração; trabalho; neofascismo.

### STATE AND CRISIS OF NEOLIBERALISM: conceptions and particularities

### Abstract

This article aims to present and problematize the conceptions and particularities that arise through the relationship between the State and the crisis of neoliberalism, which constitutes the historical period of the most violent manifestation of capitalism and reverberates in the heightened exploitation of the working class. Drawing on historical-dialectical materialism, the backbone of the analysis lies in the theories of the crisis of the capitalist system and the conceptions that permeate its determinants within critical theory itself. In addition, the analysis includes manifestations that occurred in the labor market in Argentina and Brazil and the rise of neofascism in the latter under the perspective of the neoliberal crisis. It is pointed out that the conceptions, stemming from the instruments of political economy, still sustain problematizations precisely because they were woven with the same lines that stitch society today.

**Keywords:** State; neoliberal crisis; exploitation; labor; neofascism.

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 18/03/2024  
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.22>

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA). Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico. Graduado em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Bolsista PROEX CAPES. E-mail: [rodolfofsn@gmail.com](mailto:rodolfofsn@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA). Mestre em Políticas Públicas. Graduada em Serviço Social. Bolsista PROEX CAPES. E-mail: [suzane-r.s@live.com](mailto:suzane-r.s@live.com).

<sup>3</sup> Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Ciências Econômicas. E-mail: [laryssa1costa@gmail.com](mailto:laryssa1costa@gmail.com).

<sup>4</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA). Mestre em Políticas Públicas. Graduada em Serviço Social. Bolsista PROEX CAPES. E-mail: [denicst@yahoo.com.br](mailto:denicst@yahoo.com.br).

## 1 INTRODUÇÃO

Dentro da teoria das sociedades desenvolvidas por Marx e Engels e continuada por seus intérpretes, destacam-se alguns constructos teóricos que se tornam instrumentos de análise da economia política. Na teoria em si, absorve-se do materialismo histórico a relação dialética entre a totalidade, particularidades e as singularidades.

Sob essa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo explorar as concepções e as perspectivas que se apresentam na realidade concreta, e analisá-las com os instrumentos acima descritos. O objeto em questão é trazido em seu recorte no tempo e no espaço, isto é, analisam-se as transformações da sociedade no capitalismo em sua fase de mais intensa violência, que se inicia na década de 1970 e que tem no século XXI suas maiores manifestações de barbárie (MÉSZÁROS, 2003).

Para alcançar tal objetivo, utilizou-se, como espinha dorsal do raciocínio, a discussão sobre a crise do capital. Parte-se do entendimento de que as crises e as interrupções que ocorrem na acumulação capitalista são causadas pelas próprias estruturas que movem as correntes de geração de mais-valia. Em outros termos, não se visualiza aqui motivos externos (exógenos) da própria estrutura.

O contexto explorado, então, consiste na polarização e no colapso dos mecanismos (válvulas de escape) da sociedade de mercado, que foram implementados e transformados ao longo do tempo. Esse colapso acabou, pois, por solapar o poder da política de consenso, culminando em uma crise ecológica e de dominação (MÉSZÁROS, 2011).

Isso posto, os conceitos apresentados são resultados do constructo comum das teorias das crises que permeiam o pensamento marxiano e de seus continuadores. Tendo em vista não só a Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro como perspectiva mas as suas contratendências, pode-se visualizar e compreender os diversos movimentos do capital para postergar os efeitos declinantes do capital.

Portanto, utiliza-se o materialismo histórico para o autoconhecimento da sociedade capitalista. Tal movimento vai além da compreensão da ideologia, mas da base econômica que atinge ao trabalhador, com vistas à garantia de sua maior sustentação, maior exploração da sua força de trabalho. Consiste na investigação das forças motrizes do capitalismo que só poderão ser encontradas no interior de uma determinada ordem social e de produção (LUKÁCS, 2003).

É sob este guarda-chuva teórico que se tem as perspectivas da maior exploração da força de trabalho na periferia global — como é o caso da Argentina e Brasil ao adotarem a reorganização da divisão internacional do trabalho na fase neoliberal. Inerente a essa, também, encontra-se a perspectiva que resulta da natureza político-ideológica do próprio capital em crise, que é a

radicalização das suas ações de dominação, aqui postas sob análise através do recrudescimento do fascismo na sociedade brasileira.

Para exposição da investigação, o presente artigo está dividido em quatro partes: a contar desta introdução, se discutirá a Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro, sua formulação e implicações para a interpretação da dinâmica capitalista, com vistas a expor uma totalidade, embora abstrata, mas que consiga fornecer instrumentos para as questões que seguem. Logo após, serão apresentados aspectos particulares e singulares da totalidade exposta, que ocorrem na base e superestrutura. Primeiro se apresentará como se deu o aumento da exploração do trabalho na Argentina e no Brasil, e o fortalecimento do neofascismo neste último. Por fim, à guisa de conclusão, algumas considerações serão feitas a título de apontamentos e sugestões para continuidade da análise aqui exposta.

## 2 A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

Por muito tempo, a temática referente às crises não receberam atenção devida pelos teóricos da economia ortodoxa. Havia um reconhecimento das mesmas, mas não um estudo desenvolvido sobre elas até a década de 1930. A partir desse período, o conceito de crise foi incorporado à vertente teórica fundada por Keynes, uma vez que o autor em referência concebeu a crise como uma possibilidade que pode ser superada, mediante a intervenção estatal na correção dos desequilíbrios criados pelo livre movimento do mercado (GRESPLAN, 2018).

Contudo, para Marx, as crises não são uma mera possibilidade de desarranjo das forças de mercado, causada pela falta de convergência entre queda do consumo e aumento dos investimentos privados, nem algo ocasionado por fatores externos ao modo de produção capitalista, mas sim algo inerente a ele. Sendo assim, uma epidemia ou um desastre ambiental podem agravar uma crise, mas não a causam, pois elas advêm — não somente mas também — da relação predatória do capital sobre a natureza (GRESPLAN, 2018).

Conforme afirma GILL (2002, p. 540), “Las crisis no son accidentes coyunturales atribuibles a causas exteriores o a «choques aleatorios», o incluso a una mala gestión de la economía, lo que dejaría entender que serían evitables.”

Dessa forma, a discussão acerca do fenômeno em si partiu do pressuposto de que ele compõe a dinâmica da acumulação capitalista, ou seja, a crise, que possui um caráter cíclico dentro do processo de acumulação, constitui um desdobramento das contradições do próprio sistema capitalista. Considerando a crise como um fenômeno inerente ao Modo de Produção Capitalista, ela pode ser atenuada, mas nunca extinta do capitalismo, por expor uma contradição inerente ao capital, quando ele

exclui o elemento responsável pela geração de valor e pela valorização, a saber: o trabalho vivo, que não apenas produz valor para o capital como também mede o valor em cada etapa do processo de valorização (GRESPLAN, 2018).

Assim, quando o capitalista reduz o trabalho vivo, substituindo-o por máquinas e outros equipamentos, ele “exclui a capacidade de medir-se e ocorre a desmedida, em outras palavras, a perda da medida leva à sua desvalorização” (GRESPLAN, 2018, p. 59). A ocorrência da desvalorização do capital existente aponta para um comprometimento na base do seu crescimento, o que pode desembocar em crise — que tem como causa imediata a queda da taxa de lucro. A causa imediata da crise ocorre quando os mecanismos que mediam as contradições sistêmicas não conseguem mais dar conta de prover de forma integral a reprodução do capital social total. Vale destacar, que a crise possui ainda causas fundamentais e uma causa última, porém, nesse trabalho se dará ênfase à queda da taxa de lucro (FARIAS, 2015).

Esse constitui o primeiro pressuposto da presente análise e alcança uma enorme concordância entre os teóricos marxistas. Outro ponto, que possui ampla aceitação dentro da teoria marxista, é que as crises constituem um movimento necessário (e até mesmo indispensável) para o processo de acumulação capitalista (GILL, 2002). Em outros termos, as crises, que são resultados das contradições internas do capital, são originadas pela dificuldade crescente de valorização do capital — seja pela queda da taxa de lucro, seja pela dificuldade de realização da produção — e, com isso, funcionam como um corretivo natural (ou um remédio) necessário para a própria sobrevivência deste sistema de acumulação (GILL, 2002).

Retomando o fio da explicação, parte-se das condições de equilíbrio do processo de reprodução do capital social total, uma vez que a taxa de lucro é a força motriz do processo de valorização do capital. Contudo, de acordo com a lei tendencial da queda da taxa de lucro, quando a taxa de lucro sofre redução, despontam fenômenos como a superprodução de capitais, a crise, a especulação e a superpopulação relativa, pois o decréscimo da taxa de lucro em relação ao nível de produção significa um grande volume de produção/acumulação diante de um volume pequeno de mais-valia, que serve para valorizar todo o capital produzido em um determinado circuito (FARIAS, 2015).

Sendo assim, a superprodução ou superacumulação advém de uma produção que se deu em uma quantidade excessiva, diante da massa de mais-valia produzida para valorizar aquele capital (FARIAS, 2015).

Dessa forma, a causa imediata da crise é acompanhada de uma superprodução de capital. Porém, mesmo sabendo disso, se faz necessário estabelecer uma articulação causal mais precisa entre as mediações pertencentes à esfera da produção, da circulação e da concorrência entre os capitalistas, para, assim, traçar uma melhor explicação para a crise (MANDEL, 1990). Entende-se

que a articulação entre essas esferas se dê da seguinte forma: parte-se de uma conjuntura na qual se retomou os níveis de crescimento, em que há um aumento da composição orgânica do capital por conta do progresso técnico; contudo, esse progresso não ocorre de forma neutra, pois é algo intencional do capital para enxugar o quantitativo de força de trabalho existente (GRESPLAN, 2018).

Quando os capitalistas passam a substituir de forma crescente o trabalho vivo por máquinas tecnologicamente avançadas, eles diminuem as margens de lucro obtidas, e isso começa acontecer devido ao alto valor pago pelo investimento em máquinas e outros insumos, mesmo que se eleve os níveis de exploração sobre o trabalho vivo (GRESPLAN, 2018).

Para os que defendem a tese da lucratividade, a passagem utilizada é a Seção III do Livro III de O Capital, que trata da Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro (LQTTL). O que, para alguns autores que advogam nessa concepção, constitui a base da única teoria marxista das crises (TMC) (MATEO, 2013). O segundo ponto a ser enfatizado — e que constitui um desdobramento do primeiro —, é que o recorte deve basear-se na distinção entre a “possibilidade de crise” e a “crise real” (GILL, 2002). Dessa forma, o escopo do livro III, utilizado pelos que apoiam a tese da lucratividade, é mais completo no sentido de contemplar a economia capitalista em seu total funcionamento. Por isso, Gill afirmou que a “crise real” só poderá ser analisada dentro das abstrações presentes no livro III de O Capital (GILL, 2002).

Nesses termos, as diferentes interpretações resultam da forma como se dão as relações dos processos de produção e circulação do capital. A crise causada através do subconsumo — outra interpretação das formulações de Marx, mas centrada nas formulações do Livro II —, parte de uma análise das contradições próprias dos processos de circulação. Quanto à questão da rentabilidade, até pelo seu grau de abstração, se baseia na relação entre as duas esferas, produção e circulação (GILL, 2002).

Para aumentar a taxa de lucro, os capitalistas tendem a diminuir os custos com a produção, mas isso se torna difícil em um período de acumulação de capital, pois: a) quanto mais a economia se expande, mais empregos são gerados, conseqüentemente o exército industrial de reserva diminui, tornando mais difícil obter taxas crescentes de mais-valia pela via do aprofundamento da superexploração — já que a dinâmica do mercado de trabalho fica mais favorável ao exército ativo de trabalhadores, cujo poder de classe se fortalece dependendo da forma que estão organizados; b) quanto maior é o período de expansão, menor são as condições de manter a baixa dos preços das matérias-primas, pois “as condições de produção desse setor são menos elásticas (mais dependentes dos fatores naturais)” (MANDEL, 1990, p. 204); c) quanto maior é a aceleração da expansão, mais difícil é para os países de capitalismo central encontrar regiões em que a composição orgânica do

capital seja mais baixa, possibilitando maior lucratividade, com exceção das nações industrializadas dirigentes (MANDEL, 1990).

A soma desses fatores gera, em certo nível, um rebaixamento do padrão de acumulação da taxa de lucro. Essa, por sua vez, acentua a concorrência entre os capitalistas, provocando a concentração e centralização de capitais nas mãos dos grandes capitalistas. Em “(...) contrapartida as massas dos pequenos capitais fragmentados, são forçados a enveredar pela aventura: especulação, dilatação abusiva do crédito, blefe sobre as ações, crise” (MARX, 2017, p. 5880).

Partindo da tese acima sobre a causa imediata da crise, importa agora verificar alguns de seus rebatimentos sobre o proletariado, em termos de superexploração, iniciando essa análise a partir da categoria trabalho, entendendo-a como fundamento primordial da vida humana na dimensão material da existência. O trabalho envolve a relação homem e natureza, “processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...] a fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida” (MARX, 2013, p. 326-327). A diferença entre o trabalho que o homem realiza no processo de transformação da natureza e aquele desenvolvido pelos animais se encontra na capacidade de antecipação do resultado de seu trabalho (MARX, 2013).

Contudo, no Modo de Produção Capitalista, o trabalho adquire outros contornos, pois, nesse modo de produção, o homem não produz para atender exclusivamente às suas próprias necessidades, e nem detém a posse de meios para tal fim, não sendo essa uma relação [...] “comum a todos os períodos históricos” (MARX, 2013, p. 315), mas uma relação pertencente ao capitalismo. Essa dinâmica relacional corroborou com a formação das duas principais classes sociais antagônicas: aqueles que detêm a posse dos meios de produção e aqueles que possuem somente a sua força de trabalho e desejam vendê-la.

Quando o trabalhador consegue vender a sua força de trabalho, tal mercadoria tem seu valor de uso pertencente ao capitalista, que espera que esse trabalhador faça uso dos meios de produção para lhe acrescentar lucro, ou seja, que se produza “[...] não apenas valor de uso, mas valor, e não só valor, como também mais-valor [...]” (MARX, 2013, p. 338). Assim, ao final de um processo de produção o desejo do capitalista individual é que o dinheiro por ele adiantado (D) resulte na produção de mercadorias (M), cuja venda derive em “[...] um acréscimo ao dinheiro (D’) inicialmente investido por ele, ou seja, a geração da mais-valia” (MARX, 2017, p. 68). Parte disso se torna possível graças à exploração da força de trabalho. Tal situação configura exploração da força de trabalho, que sofre determinações sociais, “[...] sendo mediada pela distribuição do trabalho e de seus produtos no mercado [...]” (SAAD FILHO, 2001, p. 30).

Todavia, a forma como a exploração consegue coexistir com a liberdade concedida ao proletariado, na relação compra e venda de sua força de trabalho, não se mostra de forma muito clara no Modo de Produção Capitalista. Nesse sentido, pode-se afirmar que o alcance de uma compreensão completa sobre a relação entre exploração e liberdade pode ser feita por meio da teoria marxista, uma vez que ela oferece explicação sobre como o proletariado formalmente livre e partícipe do exército ativo de trabalhadores permanece na condição de explorado (SAAD FILHO, 2001).

Isso posto, entende-se que o proletariado é um sujeito imerso no Modo de Produção Capitalista, resultante, por um lado, da despossessão — “alienação do objeto constituído diante de si, o poder da propriedade privada” (ALVES, 2009, p. 82) — e, por outro, da subalternização, da alienação do processo de trabalho (ALVES, 2009).

Em outras palavras, trata-se de um sujeito que tem sua força de trabalho usada para fins de garantia de uma lucratividade média. Nesse processo, o aumento da produtividade do trabalho, isto é, o aumento na quantidade de produtos por trabalhador no mesmo espaço de tempo, ocasionará um decréscimo do capital variável em termos relativos ao capital constante. Tal aumento ocasiona uma elevação da Composição Orgânica do Capital (COC). Marx complementa:

Então, esse aumento progressivo do capital constante em relação ao variável deve necessariamente ter por consequência queda gradual na taxa geral de lucro, desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital” (MARX, 1980, p. 242).

Destarte, a taxa geral de lucro tenderá ao declínio quando houver uma alteração na relação capital variável-capital constante, que enseja em um aumento da COC.

Marx também apresenta as contradições internas à LQTTL, a saber: 1) aumento do grau de exploração do trabalho; 2) redução dos salários; 3) baixa de preço dos elementos do capital constante; 4) superpopulação relativa; 5) comércio exterior; e 6) aumento do capital em ações. Assim, essas contradições internas funcionam como fatores adversos que anulam o efeito da lei geral, que lhe concede um caráter de tendência (MARX, 1980).

Analisar as causas da crise também diz respeito à definição dos fatores que ocasionam a queda da taxa de lucro. Para Kliman (2011), a queda da taxa de lucro se deve, principalmente, ao processo de mecanização da produção, observado desde a década de 1970. É necessário ressaltar que, para este autor, a LQTTL não explica de forma completa as crises no modo de produção capitalista, mas, ao se relacionar os dados com as teorias, é justamente a LQTTL a explicação mais consistente. Uma análise mais completa se dá quando se relaciona essa lei com os adiantamentos de salários para os trabalhadores (que ocorrem de um ciclo para o outro), outra causa da queda da taxa de lucro (KLIMAN, 2011). Para Shaikh, o decréscimo da taxa de lucro ocorre por causa da queda da

produtividade e pelo aumento da exploração do trabalho. Aponta também o aumento dos investimentos em setores financeiros e as quedas da taxa de lucro (SHAIKH, 2011). Outros autores atribuem essa queda da lucratividade a um conjunto de fatores, como a ampliação da intensidade do capital, atrelada ao baixo desempenho tecnológico da indústria de bens de capital (BASU; VASUDEVAN, 2013).

Em resumo, é necessário frisar as relações intrínsecas na COC, assim como foram apresentadas anteriormente. Incrementos na exploração dos trabalhadores, bem como aumentos na produtividade — e, com isso, barateamento do capital constante —, constituem a base da LQTTL e, portanto, os caminhos para se entender as crises do sistema capitalista.

As crises periódicas inerentes ao sistema capitalista têm suas raízes no próprio caráter do sistema, cujos elementos constituem em última instância a oposição entre a força de trabalho vivo, que recebe um salário limitado, e a classe capitalista industrial, que angaria para si um enorme montante de lucro bruto.

A implementação do aumento dos níveis de exploração dentro do capitalismo, através de diferentes estratégias apontadas ao longo do texto, ao mesmo tempo em que atenua a causa imediata da crise, perpetua a reprodução do capital social total, gerando para o proletariado uma piora das suas condições objetivas de vida. A solução definitiva para a crise só seria possível através de um movimento real que abolisse o atual estado de coisas, movimento encabeçado pela classe assalariada enquanto negação da negação da classe capitalista.

### **3 A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E O RECRUDESCIMENTO DO FACISMO**

#### **3.1 As reformas neoliberais na Argentina e no Brasil**

Atualmente existe uma vasta literatura acadêmica que discute as características constitutivas do neoliberalismo. Scherer-Warren (2008) ressalta que não é possível compreender um fenômeno social sem entender as suas relações com o Estado e com o mercado. Diante disso, os trabalhos de Wendy Brown (2019), *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*, o de Nancy Fraser (2020), *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*, e *A razão neoliberal*, de Veronica Gago (2014), destacam-se porque abrangem, ao mesmo tempo, manifestações filosóficas, políticas, econômicas e epistêmicas que levam a uma definição de neoliberalismo e se vinculam às questões da divisão sexual do trabalho.

Brown (2019) apoia-se tanto na abordagem neomarxista — que caracteriza o neoliberalismo como “um ataque oportunista dos capitalistas e seus lacaios políticos aos Estados de bem-estar keynesianos, às sociais-democracias e ao socialismo de Estado” (BROWN, 2019, p. 29) —

como na abordagem foucaultiana — que descreve a mesma doutrina como uma racionalidade política moderna que atravessa e vai além da política econômica e do fortalecimento do capital.

Dardot e Laval (2016, p. 17) compartilham da posição de Brown, quando adota o neoliberalismo como uma racionalidade, “e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”. Os autores abordam a questão pela ótica de uma reflexão política sobre um modo de governo, colocando o Estado como o cerne do sustento dos mercados modernos.

O neoliberalismo descaracteriza e sufoca a noção de democracia. Na concepção de Brown (2019), o ataque neoliberal tem o objetivo de estreitar o controle político sobre os agentes econômicos e os mercados, substituindo a regulação e a redistribuição por liberdade de mercado e direitos de propriedade descomprometidos. O argumento da autora é que a privatização econômica, de bens e de serviços públicos e da educação superior, assim como o encolhimento do Estado social e a consolidação da noção de “justiça social” subvertem a democracia de forma profunda e restringem as liberdades privadas (BROWN, 2019).

Verónica Gago (2014) aborda o neoliberalismo em duas topologias, não excludentes; a de cima para baixo e a de baixo para cima. A de cima para baixo, “el neoliberalismo da cuenta de una modificación del régimen de acumulación global [...] que induce a una mutación en las instituciones estatal-nacionales” (GAGO, 2014, p. 22). Nesse ponto, a autora classifica o neoliberalismo como uma fase do capitalismo. Ao passo que, de baixo para cima “el neoliberalismo es la proliferación de modos de vida que reorganizan las nociones de libertad, cálculo y obediencia, proyectando una nueva racionalidad y afectividad colectiva” (GAGO, 2014, p. 23). Segundo a autora, o neoliberalismo existe tanto por cima quanto por baixo, como renovação da forma extrativista em tempos de soberania financeirizada, e como racionalidade que negocia benefícios no contexto de espoliação.

Identificar as transformações que a lógica neoliberal provocou no mercado do trabalho, as formas atuais com as quais o capitalismo vem ganhando vitalidade e o contexto em que se põs em curso o processo de reestruturação produtiva são discussões fundamentais, que nos ajudam a compreender os elementos que caracterizam as particularidades que afetam a classe trabalhadora na atualidade.

Portanto, como aponta Antunes (2000, p. 167), é necessário reconhecer a centralidade da categoria trabalho na vida das pessoas, “que se constitui como fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana”.

A década de 1990 foi marcada pela reconversão do capitalismo financeiro mundial a partir da hegemonia neoliberal. Os países da região latina passaram por uma sequência de reformas nas

estruturas econômicas provenientes do “Consenso de Washington”, evidenciando-se a abertura comercial, a desregulamentação dos mercados e as privatizações das empresas estatais. Tais medidas ocasionaram desajustes significativos em diversos setores de produção, afetando diretamente os processos de trabalho e os salários dos trabalhadores, assim como as condições sociais da fração mais desamparada da população latino-americana (MATTEI, 2017).

A Argentina é considerada o melhor exemplo de devoção à receita neoliberal, diante da rapidez com que aderiu às advertências do Consenso durante o governo de Menem, de 1989 a 1999, e seguindo pelo breve governo de La Rúa, de 1999 a 2001, o que resultou na maior crise política, econômica e social do país. A taxa de desemprego triplicou frente à média da década de 1980 e os salários reais atingiram os piores níveis das últimas três décadas.

A concentração de renda aumentou significativamente, atingindo seu máximo em 2002, quando o índice de Gini marcava 0,578, tornando a Argentina um dos países mais desiguais da América Latina, conforme dados da *Comisión Económica Para América Latina y El Caribe* (CEPAL, 2008). Depois dos governos neodesenvolvimentistas de Néstor Kirchner e Cristina Kirchner entre 2003 e 2015, o país voltou ao ajuste neoliberal com Mauricio Macri de 2015 a 2019.

O caso brasileiro com o regime de política econômica neoliberal começou no governo Collor, em 1990, com a abertura comercial; em 1992, depois do insucesso do Plano Collor, a abertura financeira, seguindo as ordens do FMI; em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com as privatizações e a desnacionalização dos serviços públicos; e em 1999, ainda no governo FHC, a instituição do “tripé macroeconômico”, que consiste em superávit primário, meta de inflação e câmbio flutuante. Soares (2010) destaca que é possível afirmar que, na vigência do “tripé”, as políticas econômicas agravaram as condições de emprego e trabalho com a informalização, a redução dos salários e o corte dos direitos sociais.

Apesar da recuperação do quadro social brasileiro durante os governos Lula, de 2003 a 2010, e Dilma Rousseff, de 2011 a agosto de 2016, o golpe sofrido por Dilma levou ao reenquadramento do Brasil na agenda neoliberal, com Temer, de setembro de 2016 a 2017, e Bolsonaro, de 2018 a 2022. Nesse período, foram aprovadas as reformas trabalhista e da previdência e, de acordo com dados do IBGE, o desemprego atingiu 14,4% da população em 2020, e 17,9% das mulheres em 2021 — as maiores taxas desde 2012 (IBGE, 2021).

Segundo Barrancos e Archenti (2019), com a crise de 2001 da Argentina, ocorreu uma significativa mudança cultural e política: o Movimento de Trabalhadores Desempregados, conhecido também como o movimento *piquetero*<sup>1</sup>, que adquiriu reconhecimento nacional, se multiplicou e se diversificou, incluindo o protagonismo feminino como aliado.

No Brasil, as novas articulações entre os feminismos e movimentos populares também se fortaleceram. Alves *et al.* (2019) destacam o papel importante das Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas, que trabalharam de forma especializada e profissionalizada para pressionar o Estado ausente e com o objetivo de influenciar as políticas públicas.

As reformas trabalhistas promovidas pela agenda neoliberal geralmente apresentam o argumento de que com as privatizações e a redução dos custos laborais, a economia se torna mais competitiva e, como consequência, há geração de novos postos de trabalho. Entretanto, os benefícios dados aos empresários afetam diretamente a taxa de desemprego, renda do trabalhador, as contribuições previdenciárias, os sindicatos, e, conseqüentemente, o acesso à saúde e à educação.

Nesse sentido, Wigdor (2016) destaca que, durante os governos neoliberais, os mecanismos de redistribuição de produtividade para os setores mais vulneráveis da sociedade, como os programas de transferências de renda, via políticas públicas, como pensões, benefícios de auxílio-doença e maternidade etc., são os primeiros a sofrer restrições econômicas. Portanto, tais ajustes causam um impacto regressivo na qualidade de vida das mulheres e das pessoas que reproduzem sua vida a partir das delas.

A Tabela 1 mostra alguns indicadores de mercado de trabalho classificados por gênero da Argentina e do Brasil em 2021. As mulheres apresentam uma taxa de ocupação significativamente menor do que a taxa de ocupação dos homens nos dois países, independente da presença ou ausência de filhas e filhas dentro do ambiente familiar.

**Tabela 1** – Indicadores de mercado de trabalho segundo a presença de filhas, filhos e adolescentes, Argentina e Brasil (2021)

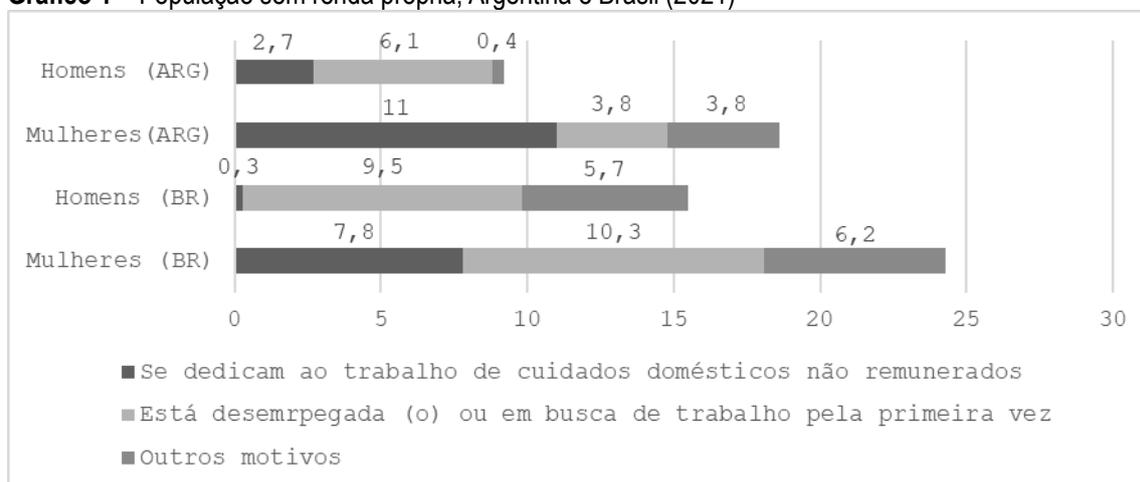
| Dimensão            | Indicador                             | Presença de filhos (crianças ou adolescentes)  | Argentina |        | Brasil   |        |
|---------------------|---------------------------------------|--|-----------|--------|----------|--------|
|                     |                                       |  | Mulheres  | Homens | Mulheres | Homens |
| Mercado de Trabalho | Taxa de ocupação (entre 20 e 59 anos) | Famílias com filhas e filhos entre 0 e 4 anos. | 56,3      | 90,0   | 47,8     | 84,4   |
|                     |                                       | Famílias em filhas e filhos entre 5 e 15 anos. | 66,6      | 86,8   | 56,1     | 81,2   |
|                     |                                       | Famílias sem filhas, filhos e/ou adolescentes. | 67,0      | 78,5   | 56,8     | 73,4   |

Fonte: CEPAL (2023).

A taxa de ocupação mais alta para os homens se apresenta nas famílias com filhos e filhas entre 0 e 4 anos, enquanto para as mulheres observa-se a menor taxa de ocupação. Além disso, a autonomia econômica das mulheres se deteriorou entre o ano de 2019 e 2021, aumentando de 16,8% para 17,2 % de mulheres argentinas sem renda própria, e de 24,1% para 26,2% mulheres brasileiras sem renda própria (CEPAL, 2023).

O Gráfico 1 apresenta, para cada motivo descrito, a porcentagem de mulheres e homens que não estudam e não estão empregados. Em 2021, na Argentina, 11% das mulheres não estudavam e não estavam empregadas por se dedicarem ao trabalho de cuidado doméstico não remunerado.

**Gráfico 1 – População sem renda própria, Argentina e Brasil (2021)**



Fonte: CEPAL (2023).

A realidade das mulheres brasileiras e argentinas perpassa também pelo elemento raça; porém, os dados argentinos não contemplam essa categoria. De acordo com a análise de Braz (2021), a (des)construção do censo demográfico argentino foi um dos fatores que causou o processo de invisibilização e negação dos afrodescendentes na Argentina.

No contexto brasileiro, o *Boletim Especial – 8 de março Dia da Mulher* (DIEESE, 2022) apresenta o aumento da precarização do trabalho das mulheres no cenário dos enfrentamentos da pandemia, em que elas estiveram nas posições mais vulneráveis. O boletim mostra que, entre 2019 e 2021, 1,1 milhão de mulheres ficaram desempregadas, sendo 925 mil mulheres negras e 189 mil não negras. Durante o período, houve também o aumento do número de mulheres na informalidade e do volume de trabalhadoras por conta própria (DIEESE, 2022). Em 2021, a diferença salarial entre homens e mulheres para o Brasil foi de 9,1%, mais desigual que a Argentina, que marcou 6,3%.

### 3.2 A crise do neoliberalismo e o recrudescimento do neofascismo no Brasil

Apesar da importância do ano de 2013 para a compreensão do presente, não podemos partir dele para entender o Brasil de hoje. Isso porque o país não vive isolado do restante do mundo, e tanto 2008 quanto 2011 são fundamentais para o entendimento da conjuntura atual. “Desde 2008, a economia capitalista, em escala global, vive um processo de depressão profunda, do qual se recuperou apenas parcialmente em algumas partes do planeta” (MATTOS, 2020, p. 147).

O Brasil não sentiu os impactos da crise de 2008 de imediato como os EUA e muitos países europeus. Todos se lembram da famosa frase do presidente Lula sobre a mais grave crise capitalista desde os anos 1970: “se chegar ao Brasil será uma marolinha”. Àquela época, de fato, a economia brasileira não sofreu tanto com os efeitos catastróficos da crise. O país “sofreu um impacto imediato dessa crise, com queda brusca na taxa de crescimento econômico no ano de 2009, mas pareceu recuperar-se rapidamente, em grande parte por conta do fluxo comercial com a China” (MATTOS, 2020, p. 147). Por aqui, os efeitos vão ser sentidos a partir de 2014, quando os indicadores econômicos começam a mostrar um processo de desaceleração, impactando diretamente nas condições de governabilidade de Dilma Roussef (PT): “a crise econômica iniciada em 2014 frustrou expectativas tanto no topo quanto na base da pirâmide social” (NUNES, 2022, p. 87).

Os efeitos globais da hecatombe econômica de 2008 levaram a uma crise de legitimidade do neoliberalismo, sem que representasse, necessariamente, a derrocada deste modelo de gestão social. Isso porque “o abalo simbólico e material sofrido pela autoridade do neoliberalismo se encontra parcialmente cancelado pela hegemonia neoliberal no campo dos afetos” (Idem, p. 14). O neoliberalismo, portanto, é “mais do que uma doutrina econômica de resultados miseráveis, [é] um discurso moral capaz de fundamentar novas formas de sujeição social” (SAFATLE, 2022, p. 30).

O recurso a categorias morais e psicológicas para validação de sua doutrina econômica permitiu ao neoliberalismo entranhar-se no modo de ser e de pensar das pessoas, de modo que “ações econômicas são justificadas nem sempre devido à sua eficácia propriamente econômica [...], mas devido à sua pretensa justeza moral na realização social da liberdade” (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2022, p. 22).

Destarte, a força do neoliberalismo reside no fato de que ela “molda nossos desejos, [...] recodifica identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios, e não apenas o que eles representam de si próprios” (Idem, p. 11). Compreender esse processo é primordial para entender o avanço da extrema direita neofascista com seu programa ultraliberal. Afinal, como aponta o filósofo Vladimir Safatle, o Brasil se transformou no “laboratório mundial do neoliberalismo autoritário de feições fascistas” (SAFATLE, 2022, p. 11).

A crise de legitimidade do neoliberalismo, decorrente da crise de 2008, tem um aspecto simbólico e outro material (NUNES, 2022). Do ponto de vista simbólico, a crise econômica em questão expôs, de maneira bastante emblemática, a quem serve a ideia do não intervencionismo estatal. O que assistimos à época foram vultosas quantias públicas sendo usadas para salvar bancos privados, enquanto recaía sobre a população em geral, principalmente sobre a classe trabalhadora, os custos das medidas de reversão da crise. Esse processo “escancarou a convertibilidade do poder econômico em poder político que torna as promessas de uma ordem estritamente meritocrática e autorregulada

inevitavelmente falsas” (NUNES, 2022, p. 12). Já no que tange ao aspecto material, a crise de 2008 escancarou o fato de que “não só o problema de fundo continua irresoluto como a última solução encontrada para ‘comprar tempo’ gerou seus próprios problemas” (NUNES, 2022, p. 12).

É no bojo da crise de 2008 e das medidas encontradas pelos governos para a recuperação de suas economias que podemos compreender as revoltas eclodidas em várias partes do mundo no ano de 2011. Elas foram impulsionadas por aquilo que ficou conhecido como Primavera Árabe, e que “constituíra a reação da sociedade civil global à crise de 2008” (NUNES, 2022, p. 119). Como aponta Safatle (2022, p. 118), esses movimentos “voltaram-se todos contra a associação entre democracia liberal e políticas de espoliação econômica potencializadas a partir da crise de 2008”.

Segundo Nunes (2022), nessa trajetória global com a conjuntura que se abre em 2011, temos dois momentos bastante distintos: na primeira metade da década, esses movimentos inclinaram-se à esquerda, reclamando uma maior participação política e igualdade econômica. Já na segunda metade, apontaram para um favorecimento da extrema direita, quem melhor soube canalizar os sentimentos antissistêmicos daquelas revoltas iniciais. São exemplos dessa vantagem da extrema direita: o *Brexit*, a eleição de figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro e o crescimento de forças semelhantes em países como Alemanha, Espanha, França e Chile.

A frente neodesenvolvimentista encabeçada pelo PT estava em crise e as forças restauradoras viram na desaceleração da economia a chance de ouro para enfrentar “as medidas de radicalização do neodesenvolvimentismo tomadas pela presidente Dilma — redução inusitada da taxa básica de juros, novas medidas protecionistas e depreciação cambial, entre outras” (BOITO JÚNIOR, 2016, p. 28).

De acordo ainda com Boito Júnior (2016), três acontecimentos são responsáveis pela vitória da grande ofensiva neoliberal restauradora: primeiro, a entrada da alta classe média no processo político com força social ativa e militante; segundo, a debandada da grande burguesia interna da frente neodesenvolvimentista; e, por fim, o recuo do governo Dilma diante de tal ofensiva.

Somaram-se a tudo isso as investigações da Operação Lava Jato, deflagrada em 2015, que desvelam um esquema de corrupção envolvendo diversos partidos. Entretanto, elas atingiram principalmente a imagem do Partido dos Trabalhadores — como se a corrupção no Brasil tivesse começado nos governos petistas e sua eliminação demandasse, portanto, o fim do próprio PT. Assim, “com a bajulação e o apoio [...] de parlamentares, empresários e meios de comunicação, MBL, Vem Pra Rua e Revoltados Online dariam à “velha direita” o movimento de massas que ela nunca lograra construir” (NUNES, 2022, p. 188).

Trabalhando com a categoria neofascismo, Löwy (2019, n. p.) caracteriza como neofascistas “líderes, partidos, movimentos ou governos que tem semelhanças significativas com o

fascismo clássico dos anos 1930 [...] mas também algumas diferenças substanciais”. Segundo ele, trata-se de fenômenos novos que, por vezes, têm raízes históricas no fascismo histórico, mas que se apresentam de nova forma.

Para fins de caracterização do fascismo de nosso tempo — que aqui trataremos como neofascismo —, faz-se imprescindível examinar as semelhanças e as diferenças entre essas duas formas de um mesmo fenômeno, a forma clássica, histórica, e a forma contemporânea (neofascismo). Num trabalho de análise crítica, Marcelo Badaró Mattos (2020) traz à baila o debate atual sobre o caráter da extrema direita global, colocando em questão a perspectiva neofascista dessas experiências presentes.

É fato incontestável o avanço global da extrema direita no contexto hodierno. Para citar exemplos, temos os governos de Modi (Índia), Orbán (Hungria), Erdogan (Turquia), Duterte (Filipinas), Trump (EUA), Bolsonaro (Brasil) e, mais recentemente, Giorgia Melonia (Itália). No entanto, quando se trata de caracterizar essa extrema direita e seu caráter fascista ou não, tem-se um campo vasto para polêmicas. Enzo Traverso (2021), por exemplo, utiliza o termo “pós-fascismo” para falar de um fenômeno ainda em transição, típico do século XXI, enquanto “neofascismo” diria respeito à tentativa de perpetuar e regenerar o fascismo clássico.

Concordamos com Badaró Mattos (2020, p. 66), que, “para avaliar a presença do fascismo no mundo de hoje [, é preciso] reconhecer que não vivemos mais a ‘época dos fascismos’”. Nesse sentido, constitui erro grosseiro tentar igualar a experiência histórica do fascismo do século XX às experiências vivenciadas nesta terceira década do século XXI, pois “o contexto em que agora emergem ideologias, programas, organizações políticas e governos que podemos associar ao fascismo é, com certeza, muito diferente” (MATTOS, 2020, p. 66).

Não sendo possível igualar experiências com um lastro de pelo menos cem anos de distância entre uma e outra, num mundo marcado por profundas transformações, pode-se ao menos tentar apontar os traços que permanecem e aqueles que se metamorfosearam quando estamos falando de fascismo. Para tanto, recorreremos a alguns estudiosos do campo da teoria crítica que têm se dedicado a estudar o neofascismo.

Michael Löwy (2019), por exemplo, tratando da experiência brasileira, caracteriza o governo Bolsonaro como neofascista. Ele aponta que o que ele tem em comum com o fascismo clássico é, dentre outros aspectos: o seu autoritarismo e sua preferência por formas ditatoriais de governo, além do culto do chefe, um mito, o “salvador da pátria” — nesse caso, o próprio Bolsonaro. Além dessas semelhanças, Löwy (2019), destaca também o “ódio às esquerdas”, o “social-darwinismo” que se manifestou no trato à pandemia de covid-19 (a ideia de sobrevivência dos mais fortes), o

obscurantismo (com seu desprezo pela ciência), a ideologia repressiva (culto à violência policial) e a retórica nacionalista (“Brasil Acima de Tudo”), ainda que esta não se contraponha à globalização.

Referindo-se às diferenças entre o neofascismo e o fascismo clássico, Löwy (2019) destaca a ausência de Estados totalitários que possam ser comparados ao regime fascista italiano ou ao Terceiro Reich nazista. Além disso, o pensador marxista afirma também que “os partidos neofascistas atuais não organizam tropas de choque paramilitares uniformizadas para aterrorizar a esquerda” (LÖWY, 2019, n. p). Outras diferenças são: a) no contexto atual, não existe uma ameaça revolucionária; b) o apoio a governos neofascistas como os de Trump, Bolsonaro e Le Pen não está limitado à pequena burguesia, incluindo até mesmo setores da classe operária; c) no caso do Brasil, não existe uma continuidade política e ideológica entre os setores neofascistas e o fascismo clássico dos anos 1930 (o movimento integralista).

No que tange ao avanço da extrema direita brasileira, vemos que a base social que foi às ruas em 2015 e que votou em Bolsonaro em 2018 não é composta exclusivamente de neofascistas. É uma base heterogênea, formada em sua maioria por pessoas de classe média e classe média alta mas também setores da classe trabalhadora. O que deu unidade a essa massa foi a combinação dos seguintes elementos: “discursos anticorrupção/antipetismo; conservadorismo moral de fundo religioso, misógino e LGBTfóbico; liberalismo econômico; militarismo e pregação do tipo “bandido bom é bandido morto” (MATTOS, 2020, p. 202).

Destarte, “é preciso ter em conta novos elementos, ou novas ênfases, que passaram a compor seu discurso e constituem pilares ideológicos do bolsonarismo, como linha de frente do neofascismo à brasileira” (MATTOS, 2020, p. 171). Dentre os novos elementos, destaca-se a busca de uma teoria neofascista, a aproximação com o “olavismo”, que lhe garantiu investir em teorias negacionistas e conspiratórias, além do combate à chamada “ideologia de gênero”. Para Mattos (2020), dois ingredientes, entretanto, constituem o “cimento ideológico” da popularidade bolsonarista: o recurso à violência (estatal ou miliciana) como resposta à violência produzida nas cidades brasileiras, o que se traduz na fórmula “bandido bom é bandido morto”; e o discurso anticorrupção — que alimentou o antipetismo —, frequentemente mobilizado pela direita brasileira em momentos em que avança o reacionarismo.

Além desses elementos aqui destacados, alguns outros cinco fatores são apontados por Soares (2022) como impulsionadores da vitória de Bolsonaro: 1) a exclusão de Lula — com sua prisão política e arbitrária; 2) o atentado contra Bolsonaro; 3) a precipitação da lógica do segundo turno ainda no primeiro, como resultado da combinação do movimento “Ele Não” e o antipetismo; 4) a adesão em massa de evangélicos neopentecostais à campanha de Bolsonaro; 5) a adesão das elites brasileiras.

A pergunta pela origem/sentido da nova extrema direita brasileira tem sido repetida incansavelmente nos últimos tempos. Em meio à diversidade de respostas possíveis, o ponto comum reside, talvez, na perspectiva de que o neofascismo do nosso país ganhou fôlego no refluxo das manifestações progressistas, conhecidas como Jornadas de Junho de 2013. De fato, a partir desse instante, vai se configurando no Brasil uma nova correlação de forças e o centro da cena pública passa a ser colonizado pela agenda conservadora (SILVA, 2016). Por conseguinte, a extrema direita vai ganhando capilaridade, isto é, o momento de exceção avança (SILVA, 2018) até desaguar, pela primeira vez, na Presidência da República, em 2018, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro.

#### 4 CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, algumas considerações se fazem pertinentes para condensar os resultados da investigação aqui expostos. O primeiro ponto, refere-se à atualidade da crise estrutural do capital — o que se desdobra em dois aspectos importantes, a saber: a) a atualidade do método marxista em explicar as contradições e mediações nas relações sociais contemporâneas; e b) o reforço à necessidade de tomada de consciência de classe para enfrentar os embates cada vez mais desiguais e violentos.

Enquanto instrumento de luta, o materialismo histórico representa justamente a eutanásia da ciência burguesa (LUKÁCS, 2003). Tomar a teoria da crise de Marx — mesmo que esta não seja unânime — e, a partir dela, expor elementos latentes das relações sociais mostra que o método serviu e ainda serve ao proletariado na passagem da condição de *classe em si* à *classe para si* (MARX, 2017).

A fase neoliberal que se inicia no último quartel do século XX, além de resgatar e reforçar o poderio hegemônico da ordem econômica mundial iniciada no segundo pós-guerra, enceta uma série de mecanismos próprios de seu caráter violento que decorrem de um sistema em convulsão.

O que se buscou apresentar neste trabalho foi apenas uma versão da realidade posta e seus desdobramentos. Em sua obra centenária “História e Consciência de Classe”, Lukács apontou os momentos nos quais, manifestadamente, a luta de classes tornou-se ainda mais importante de ser compreendida: os períodos de crise e convulsão do capitalismo, sobretudo, em sua fase imperialista (Lukács, 2003).

É somente a partir dessa tomada de consciência que se pode romper os invólucros ideológicos impostos pela burguesia, revelando a essência daquilo que se manifesta aparentemente como o caminho para a salvação da sociedade burguesa fadada à crise e à barbárie, sob o MPC.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **A condição de proletariado do trabalho no capitalismo global**. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2009.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª ed. Campinas: Cortez, Ed. Unicamp, 2000.
- BARRANCOS, D.; ARCHENTI, N. Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual. In: BLAY, E.; AVELAR, L. (org.). **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: EDUSP, Fapesp, 2019. p. 55-64.
- BASU, Deepankar. VASUDEVAN, Ramaa. Technology, Distribution and the Rate of Profit in the US Economy: Understanding the Current Crisis. **Cambridge Journal of Economics**, v. 37, n. 1, p. 57-89, 2010.
- BOITO JÚNIOR, A. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. 1. ed. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CEPAL. **Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe 2008**. [s. l.], 2008. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/970-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2008>. Acesso em: 23 maio 2023.
- \_\_\_\_\_. **Panorama Social de América Latina y el Caribe 2022**. [s. l.], 2023. Disponível em: <https://oig.cepal.org/es/documentos/panorama-social-america-latina-caribe-2022>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIEESE. **Boletim Especial 8 de Março Dia da Mulher**. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/mulher.html>. Acesso em: 24 maio 2023.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **Crise Global**: ampulheta fatal. São Paulo: Xamã, 2015.
- FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- GAGO, V. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2020.
- GILL, L. **Fundamentos y límites del capitalismo**. Madrid: Trota, 2002.
- GRESPLAN, Jorge. **Marx**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2018.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>. Acesso em: maio 2023.

KLIMAN, Andrew. **The failure of capitalist production**: Underlying causes of the Great Recession, Londres: Pluto Press, 2011.

LÖWY, Michael. **Neofascismo**: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. 2019 Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro/>. Acesso em 6 nov. 2022.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003. (Tópicos).

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital**: os fatos e a sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro III, tomo 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. [recurso eletrônico].

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política: livro terceiro: o processo global da produção capitalista. - 1 ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. [recurso digital].

\_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATEO, J. P. La crisis económica mundial y la acumulación de capital, las finanzas y la distribución del ingreso. Debates en la economía marxista. **Revista de economía crítica**, n. 15, p. 31-60, 1o semestre 2013.

MATTEI, L. F. Trajetória e atualidade da desigualdade na América Latina. **REBELA**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2017.

MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho).

NUNES, R. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

SAAD FILHO, Alfredo. Salários e exploração na teoria marxista do valor. **Rev. Economia e Sociedade**, Campinas, n.16, jun. 2001.

SAFATLE, V. **Só mais um esforço**: como chegamos até aqui ou como o país dos “pactos”, das “conciliações”, das “frentes amplas” produziu seu próprio colapso. São Paulo: Vestígio, 2022.

SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.

SHAIKH, A. **The first great depression of the 21st century**. Socialist Register, 2011.

SILVA, I. G. A agenda conservadora assume o centro da cena política no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 140-150, jan./jun. 2016.

SILVA, Ilse Gomes. Estado e lutas sociais no Brasil no golpe de 2016: o Estado de exceção avança. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p. 503-518, 2018.

SOARES, L. T. R. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas, retrocessos, recorrências e avanços. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. especial, p. 15-24, ago. 2010.

SOARES, L. **Dentro da noite feroz**: o fascismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2020.

TRAVERSO, E. **As novas faces do fascismo**. São Paulo: Editora Âyiné, 2021.

WIGDOR, G. B. “El ajuste tiene rostro de mujer”: A 20 años de la plataforma de Beijing, las desigualdades se profundizan. **Revista Latinoamericana de Derechos Humanos**, v 27(2), II Semestre, p. 21-51. 2016.

## Nota

<sup>1</sup> *Piquetero* ou *corte de ruta* está relacionado ao significado que o movimento deu à clássica ferramenta do piquete fora de fábrica, usando-a para interromper a circulação de mercadorias por meio do bloqueio de vias (WIDGDOR, 2016).